

GRUPOS SOCIAIS
E ESTRATIFICAÇÃO
SOCIAL
EM PORTUGAL
NO SÉCULO XIX

Benedicta Maria Duque Vieira (ORG.)

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA



CEHCP · ISCTE

REPRODUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NO SÉCULO XIX: ESTUDOS DE CASO

MARIA NORBERTA AMORIM | UNIVERSIDADE DO MINHO

Trabalhar a reprodução social da Família, mesmo que se restrinja a poucos estudos de caso, não deixa de constituir um grande desafio, ainda mais se se refere ao século XIX, época herdeira de imobilismos em que as mudanças se aceleram.

A reprodução social da Família liga-se à reprodução biológica, às condições sociais de partida, aos desafios do meio e das respostas individuais a esses desafios. Um estudo consequente neste âmbito assentará numa base de dados demográfica, numa identificação dos recursos acessíveis à população a que a mesma se refere e no acompanhamento dos percursos de vida dos sujeitos alvo.

A diversidade e riqueza das fontes oitocentistas e as metodologias de que dispomos permitem-nos à partida reunir as condições necessárias a esse estudo. O maior obstáculo advém da morosidade dos processos. As análises comparativas exigíveis num quadro nacional, englobando mundo rural e mundo urbano, só se poderão atingir a longo prazo. Neste momento proponho-me apenas dar conta de um projecto de médio prazo, que pretende acompanhar a reprodução social em quatro comunidades rurais de zonas distintas do país: S. João, do concelho das Lajes do Pico, nos Açores; Selmes, do concelho da Vidigueira, distrito de Beja; Couto do Mosteiro, do Concelho de Santa Comba Dão, distrito de Viseu, e S. Pedro de Poiares, do concelho de Freixo de Espada à Cinta, distrito de Bragança.

Embora as bases de dados demográficas referentes a essas quatro comunidades se encontrem já organizadas ou em fase adiantada de organização, só para S. João do Pico o levantamento e cruzamento de fontes permite já a apresentação de resultados.

Dada a possibilidade de cruzamento de fontes diversas para a penúltima década do século XIX, iremos assentar a observação sobre o estado da freguesia de S. João no primeiro dia de Janeiro de 1883. Nos estudos de caso identificaremos os agregados domésticos naquela data e recuaremos depois quatro ou mais gerações, no sentido da abordagem da reprodução social pela via das genealogias.

S. JOÃO DO PICO - ESPAÇO E RECURSOS

S. João é uma freguesia do concelho das Lajes do Pico, situada entre dois mistérios, duas correntes de lavas vulcânicas que a isolaram em 1718 e 1720 das duas freguesias enquadrantes, S. Mateus, do concelho da Madalena, e Lajes, a sede do concelho a que pertence. Situando-se numa zona de transição entre a parte oriental da ilha, de formação mais antiga e a parte ocidental de formação mais recente, tem terrenos pobres, pouco propícios à produção de cereais, mas na base da grande montanha, a uma altitude de mais de 800 metros, a cerca de três horas de penosa subida, estendem-se boas pastagens de gado vacum, sendo a freguesia conhecida por um tipo de queijo comercializado nos mercados exteriores como queijo do Pico.

Com data de 1884, mas com o mais extenso levantamento atribuível ao ano anterior, a matriz predial da freguesia dá para a propriedade rústica um espaço apropriado de 14.140 alqueires (cada alqueire, a medida agrária mais corrente na região, corresponde a 968 metros quadrados). Com apenas dois alqueires de terreno inculto identificados, os restantes foram classificados como terras de sementeira, de vinha, de arvoredos, de inhames, de lenha, de rama, de mato, de queiro, de relva e de pastagem. Com 646 números de matriz, a pastagem ocupava 81% de todo o espaço apropriado, mas apesar da sua grande extensão, o rendimento da pastagem correspondia apenas a 39% do rendimento global da propriedade rústica da freguesia. Os terrenos mais valorizados eram os terrenos de sementeira, com 41% de todo o rendimento. Embora os terrenos de sementeira fossem sempre referidos na matriz à produção de milho, outros géneros, como batatas e legumes, eram também cultivados nesses terrenos, como se depreende das estatísticas de produção e consumo do Governo Civil para o mesmo ano. Como terreno exclusivamente de sementeira encontramos 1496 números com uma exígua dimensão média de 73 braças (um alqueire corresponde a 200 braças). Outros 638 números incluíam produções diversas no mesmo terreno: sementeira e vinha, ou árvores de fruto, ou lenha, ou rama ou mato, sendo a rama e o mato necessários à reposição da produtividade da terra, curtidos pelos animais em estrume, ou em verde, nos terrenos mais altos. O rendimento da vinha não chegava então a 6% do rendimento global, embora antes de meados do século, altura em que foram afectadas pelo oidium e filoxera, se estendessem ao longo da costa espaços de vinhedos relativamente importantes. As terras de inhames eram então muito escassas, com uma extensão que pensamos inferior a 10 alqueires (quando se tratava de uma propriedade com produções diferenciadas, não ficamos a saber a extensão dedicada a cada uma delas, sendo o caso frequente de terras com inhames), correspondendo a um rendimento de cerca de 4% do total. Os terrenos de relva, correspondentes a

terrenos em pousio, ocupavam uma extensão muito maior, de cerca de 230 alqueires. Apesar das quintas com árvores de fruto ocuparem maior espaço, o seu rendimento era inferior ao dos inhames, com 3% do rendimento global. A lenha tinha um peso de 2% no rendimento, estendendo-se os restantes 5% pela rama, pelo mato, pelo queiro e pela relva, embora os terrenos que lhes eram exclusivamente referidos correspondessem a 13% do espaço apropriado da freguesia e muitos outros números incluíssem terrenos de sementeira com espaços de rama ou mato.

As Estatísticas do Governo Civil da Horta permitem-nos o aprofundamento para 1884 da relação entre cada unidade populacional e os recursos básicos que o meio natural lhe ia proporcionando.

Em relação a S. João, os terrenos de sementeira, com a produção de 1.000 litros de trigo, 45.000 litros de milho, 18.000 litros de batata inglesa e 90.000 de batata doce, complementados com 300 litros de feijão, 600 litros de fava e 50 litros de ervilha, não supriam senão uma escassa parte dos produtos necessários ao sustento diário da população. A produção de inhames ficava-se pelos 10.800 litros.

O consumo de trigo na freguesia colocava-se nesse ano de 1884 nos 56.000 litros, sendo a produção menos de 2% do consumo. O consumo de milho atingia os 230.000 litros, com uma produção inferior a 20% do consumo. Repare-se que o valor médio por alqueire de trigo (14,206 litros), era na época de \$900 réis, enquanto o milho valia \$500 réis. O bolo de milho, base da alimentação, implicava geralmente uma pequena mistura de farinha de trigo e por ocasião das festas, particularmente das festas do Espírito Santo, o trigo imperava. O feijão constituía um importante reforço das qualidades nutritivas do "caldo de couves" que se comia ao meio dia, mas a freguesia não produzia o suficiente para o seu abastecimento, pagando-se o alqueire a \$900 réis. As favas, além de cozidas isoladamente ou no caldo, eram também torradas e moídas para fazer uma espécie de café. O seu valor comercial era de \$500 réis o alqueire.

Em 1884 a produção de batata inglesa, batata branca ou batata de cá, como também era chamada, ficava muito aquém do consumo. Seriam necessários 88.000 litros para consumo e reprodução e a freguesia não produzia mais do que 18.000 litros. Repare-se que o valor médio de uma rasa de batata branca, o equivalente a 16 litros, era de \$400 réis. A batata doce, que viria a tornar-se uma revolução no difícil equilíbrio das subsistências, ainda não tinha grande expansão em 1884, com valor de \$240 réis a rasa, o mesmo valor que o inhame, um recurso alimentar bem mais antigo na ilha.

O pouco vinho produzido na freguesia em 1884, apenas 2.600 litros, com preço corrente de \$240 réis, se branco (vinho verde), e \$120 réis, se tinto, era consumido na freguesia,

mas não se trazia nenhum de fora, acontecendo o mesmo à aguardente, com apenas 40 litros, ou ao vinagre, com 180 litros. Alguma dessa aguardente e desse vinagre era de frutos, principalmente de figos e pêssegos, havendo também maçãs, nêspersas e ainda castanhas para consumo, sem trânsito comercial.

Em 1884 contavam-se 250 cabeças de gado bovino, sendo 50 bois e 200 vacas, o que permitia a produção de 3.000 kg. de queijo. Contavam-se 380 cabeças de gado ovino, com produção de 480 kg. de lã. O gado caprino reduzia-se a 52 cabeças e o suíno a 200.

A carne de bovino consumida na freguesia foi então de apenas 14 bovinos adultos e 8 vitelas, com um peso total de cerca de 1.720 kg, pouco mais de um kg. de carne por pessoa, apesar dos grandes gastos nas festas de Natal e Espírito Santo, o que evidencia a frugalidade alimentar. O seu preço era de \$200 réis o kg. A carne de carneiro consumida colocava-se nos 900 kg, abatendo-se 90 carneiros, com um preço de \$160 réis cada kg. A cabra, nas casas pobres, alimentada com a erva das beiras dos caminhos, trazia o leite para crianças e velhos, mas a sua carne só era consumida em famílias particularmente carentes. Criar porco era um sinal de casa remediada, mas nem todos o podiam sustentar. Menos de 60% das famílias tinham possibilidade de matar um porco, de onde se tirava a gordura para todos os usos culinários, numa terra sem azeite, e se faziam enchidos com possibilidade de trazer algum mimo às parcas refeições quotidianas.

Uma importante produção da freguesia era a lenha para combustível, da ordem dos 380.000 metros cúbicos em 1884, lenha que era feita em achas e vendida para as Lajes e para a cidade da Horta, acompanhando os queijos como mais importantes exportações de uma freguesia que necessitava de importar grandes quantidades dos seus consumos básicos.

A importância da pesca não se reflecte nas estatísticas. Muito poucos pescadores são identificados nos róis de confessados, mas sabemos que a pesca de caniço na costa era comum e que se havia então iniciado em S. João uma actividade que conheceu depois maior fortuna em outros portos da ilha – a caça à baleia.

S. JOÃO DO PICO – O QUADRO DEMOGRÁFICO EM 1883

Para o estudo da evolução da população dispomos para a freguesia de uma base de dados demográfica, decorrente da aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias aos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos, iniciados na segunda metade do século XVII. Dispomos ainda de uma série praticamente contínua de róis de confessados que se estende de 1799 a 1899, de registos de passaportes iniciados em 1859, das nossas

próprias memórias e de um prolongado trabalho de campo.

Centrando-nos no dia 1 de Janeiro de 1883, como foi nossa opção, o rol de confessados desse ano (um rol que inclui todos os residentes e a indicação da idade dos mesmos) foi cruzado com os dados da paróquia reconstituída, formando-se uma base de dados com o percurso de vida de cada indivíduo, integrado no fogo respectivo, segundo a hierarquia familiar, sendo cada fogo referido a residências, alinhadas no Caminho da freguesia, paralelo à costa, ou subindo pelas Canadas que o cruzam, ou estendendo-se pelas Travessas. De facto, o pároco no rol de confessados em causa numerou mecanicamente cada fogo e paralelamente identificou cada residência pelo respectivo "número de polícia", de ocidente para oriente.

A ficha de cada indivíduo foi depois enriquecida com os dados do recenseamento eleitoral de 1884 e com os dados da matriz predial referida ao mesmo ano.

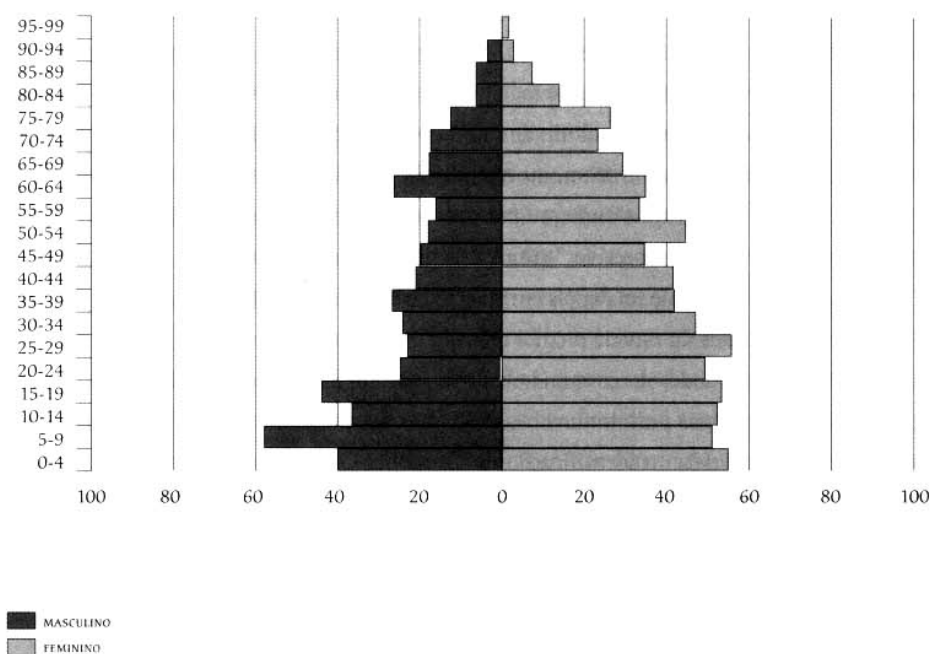
Assim, na base de dados da comunidade de S. João em 1 de Janeiro de 1883, cada ficha individual contém campos para a numeração do fogo em que o indivíduo se insere, a numeração da casa onde habita, a identificação do Caminho, Canada ou Travessa, o número de ordem na hierarquia familiar, a posição de chefe de família ou o tipo de dependência em relação ao chefe, o sexo, o nome completo, a alcunha, a profissão, a data de nascimento, a idade exacta, ou, para os indivíduos de fora, a naturalidade e a idade atribuída pelo pároco (só no caso da paróquia em causa não ter sido ainda reconstituída), a data do primeiro casamento, a data de óbito, a data de emigração, as contribuições e os rendimentos, e um campo de observações.

Nesse dia 1 de Janeiro de 1883 a freguesia de S. João contava 1265 residentes, sendo 503 do sexo masculino e 762 do feminino, numa relação de masculinidade de 66 homens em 100 mulheres. A pirâmide de idades e a distribuição por grupos funcionais evidenciam claramente a influência da mobilidade diferencial na estrutura da população do período.

As relações de masculinidade distorcidas em todas as idades, mesmo entre os adolescentes, com uma percentagem importante de "velhos", não era de molde a facilitar o crescimento. De facto, o ano de 1883 enquadra-se numa fase de regressão da população da ilha do Pico, que desde meados do século XIX perdia gente. Seguindo os róis de confessados cruzados com a base de dados demográfica (para inclusão dos menores de 7 anos, não referidos nos róis anteriores a 1873), S. João atingira o ponto mais alto da sua história no ano de 1847, com 1.409 residentes. As dificuldades de acesso ao casamento e as facilidades de saída para o Brasil, depois de passado um período mais difícil que se seguiu à independência, fariam com que a população entrasse em fase regressiva de difícil saída.

A observação das pirâmides de idades em momentos distintos dos surtos emigratórios a estender-se até à primeira metade do século XX, mostra à saciedade a influência desses surtos no estado da população da freguesia.

S. JOÃO | ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 1883

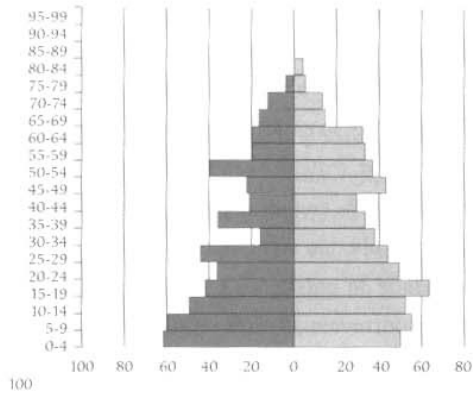


QUADRO I
GRUPOS FUNCIONAIS EM 1883

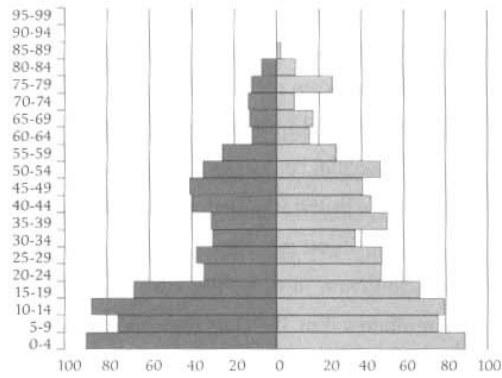
	MENORES DE 15 ANOS		ENTRE 15 E 64 ANOS		DE 65 E MAIS ANOS		Nº TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
SEXO MASCULINO	160	31,8	276	54,9	67	13,3	503
SEXO FEMININO	186	24,4	476	62,5	100	13,1	762
SEXOS REUNIDOS	346	27,4	752	59,4	167	13,2	1265
RELAÇÕES DE MASCULINIDADE	86		58		67		66

REPRODUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NO SÉCULO XIX

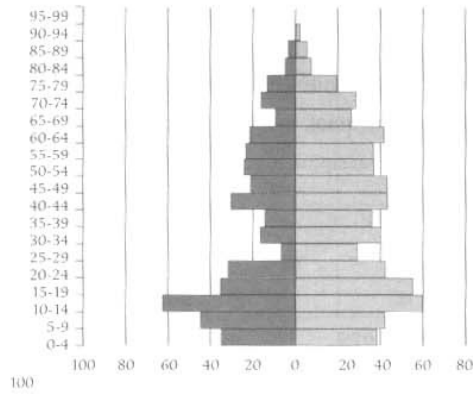
S. JOÃO | ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 1819



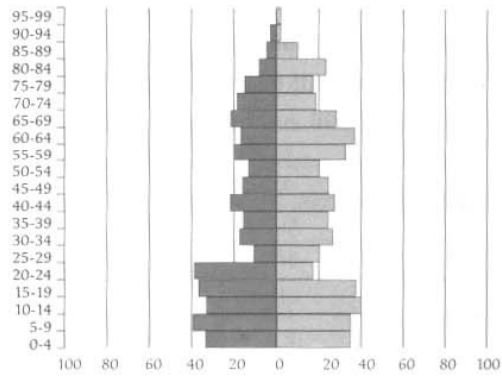
S. JOÃO | ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 1847



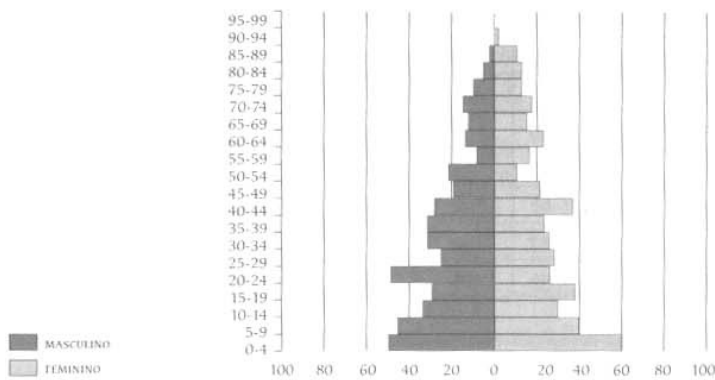
S. JOÃO | ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 1899



S. JOÃO | ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 1920



S. JOÃO | ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 1950



Comparando a pirâmide de idades para o ano de 1819, ainda em tempo de Brasil colônia, com a pirâmide de 1847, após quase três décadas de restrições nas saídas, as diferenças são salientes. Aumentou significativamente a percentagem dos mais jovens, passando o peso dos indivíduos com menos de 15 anos de 30% para 36%, enquanto a relação de masculinidade passava de 83 homens em 100 mulheres para 88 em 100. No entanto, em 1899, passado meio século, com a reorganização dos movimentos de saída, o quadro era bem diferente. O número de indivíduos com menos de 15 anos passava para 27%, enquanto o peso dos indivíduos com 65 ou mais anos, que na primeira metade do século não ultrapassavam os 8%, se posicionavam já nos 14%, com relações de masculinidade da ordem dos 67 homens em 100 mulheres. Em 1920 as relações de masculinidade encontravam-se mais reequilibradas como consequência da emigração familiar, passando para 81 homens em 100 mulheres, mas a proporção de velhos aumentara para 20%, e a dos jovens reduzira para 24%, numa aparente situação de modernidade. Em 1950, após trinta anos de corte nas saídas emigratórias, a população reequilibrava-se, alargando a base da pirâmide, apesar dos efeitos do controlo de natalidade.¹

Acompanhando as gerações nascidas entre 1800 e 1879, cobrindo grosseiramente o universo das pessoas eventualmente residentes em 1883, encontramos níveis importantes de emigração sem retorno, emigração predominantemente de gente jovem, a comprometer a renovação das gerações.

QUADRO II
SAÍDA SEM RETORNO
GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1800 E 1879

DÉCADAS	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO			SEXOS REUNIDOS		
	NAScerAM	SAÍRAM	%	NAScerAM	SAÍRAM	%	NAScerAM	SAÍRAM	%
1800	154	43	28	170	28	16	324	71	22
1810	160	59	37	149	30	20	309	89	29
1820	199	61	31	169	40	24	368	101	27
1830	233	70	30	204	47	23	437	117	27
1840	194	116	60	225	63	28	419	179	43
1850	193	128	66	202	87	43	395	215	54
1860	163	93	57	160	73	46	323	166	51
1870	134	79	59	158	57	36	292	136	47

¹ Cf. Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1992, p. 157.

O Quadro II evidencia a importância dos movimentos de saída, sem retorno, ao longo das oito décadas observadas, com particular incidência no período de 1840 a 1879. Como se verifica, 66% dos indivíduos do sexo masculino nascidos na década de 1850, não chegaram a falecer na sua terra, sendo de 43% a percentagem paralela no caso do sexo feminino.

Os efeitos da emigração massiva iriam ter reflexos muito nítidos nos indicadores demográficos do período. Vejamos, ao longo de sete períodos de seis anos, distribuídos entre 1820 e 1885, a evolução do número de casais com filhos e de mulheres isoladas em procriação, e o número de crianças nascidas fora do casamento e abandonadas, em relação com o total de crianças nascidas.

QUADRO III
NASCIMENTOS DENTRO E FORA DO CASAMENTO
(1850-1885)

PERÍODOS	CASAIS EM PROCRIAÇÃO	MULHERES ISOLADAS EM PROCRIAÇÃO	TOTAL DE BAPTIZADOS	FILHOS NATURAIS DE MÃE	EXPOSTOS	% DE FILHOS NATURAIS + EXPOSTOS
1820-1825	108	13	206	18	7	12
1830-1835	129	13	263	15	11	10
1840-1845	132	19	263	24	17	23
1850-1855	116	20	237	30	16	19
1860-1865	99	21	214	25	10	16
1870-1875	83	21	181	28	9	20
1880-1885	83	14	177	23	6	16

Verificamos claramente como o número de baptizados se retrai logo nos seis anos que se seguem a 1850, enquanto a percentagem de filhos naturais adquire maior relevo. Embora regredindo já em 1850, o fenómeno do abandono de crianças mantém acuidade em todos os períodos observados.

A subida da idade média ao primeiro casamento feminino é contínua de 1820 a 1880, reflectindo as alterações do mercado matrimonial.

O efeito da elevação da idade média ao primeiro casamento feminino reflectir-se-ia naturalmente no número de filhos nascidos. Nos casamentos realizados entre 1820 e 1849, o número de filhos colocou-se nos 5,0, baixando para 4,2 para os casamentos realizados na década seguinte, pese embora a suavidade da morte, a prolongar as uniões.

QUADRO IV
 IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO
 1820-1879

PERÍODOS	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
	IDADE MÉDIA	Nº	IDADE MÉDIA	Nº
1820-1929	28,1	57	25,7	65
1830-1839	27,1	64	26,6	74
1840-1849	31,6	56	27,0	61
1850-1859	28,6	47	27,2	59
1860-1879	28,2	71	27,9	46

De facto, a observação agregada das paróquias de S. João e S. Mateus dá como esperança de vida à nascença os 53 anos para as gerações nascidas entre 1800 e 1849, com 51 anos para o sexo masculino e 56 para o feminino, uma esperança de vida particularmente elevada para a época. A mortalidade infantil para o período de 1800 a 1879 colocara-se abaixo dos 125 por mil nascidos.

O cálculo das taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade e do celibato definitivo para quatro momentos distintos, 1819, 1847, 1874 e 1884, evidencia as alterações sofridas em espaços de tempo relativamente curtos. Esses momentos correspondem a bases de dados construídas sobre as informações dos róis de confessados, completadas ou corrigidas com os dados da paróquia reconstituída. As taxas brutas foram calculadas sobre a média dos eventos do ano em causa e dos quatro anos enquadrantes. O celibato definitivo decorre do cálculo da percentagem de residentes com 50 ou mais anos no estado de solteiros.

QUADRO V
 TAXAS BRUTAS E CELIBATO DEFINITIVO
 1847, 1874 E 1884

ANOS	TAXA BRUTA DE NATALIDADE	TAXA BRUTA DE NUPCIALIDADE	TAXA BRUTA DE MORTALIDADE	CELIBATO DEFINITIVO	
				SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
1819	32,3	8,9	16,9	15,2	25,4
1847	28,5	4,7	16,5	12,0	26,3
1874	21,7	4,0	20,2	10,4	28,1
1884	23,4	4,0	20,2	10,3	27,0

Do primeiro para os outros anos observados, notamos uma grande regressão nas taxas brutas de natalidade e de nupcialidade. As taxas brutas de natalidade colocavam-se em 1819 nos 32,3 por mil, baixando para 21,7 por mil em pouco mais de cinquenta anos (1874), sem que isso se devesse ao efeito do controlo de nascimentos². As taxas de nupcialidade já haviam baixado drasticamente em 1847, continuando a baixar para 1874. O efeito do envelhecimento da população tem já algum reflexo em 1874, com a elevação das taxas brutas de mortalidade em relação às observações anteriores, embora uma crise de bexigas no ano de 1873, que afectou particularmente as crianças, tenha influência no resultado.

Embora a percentagem de mulheres solteiras com 50 ou mais anos seja muito elevada, agudizando-se em 1874, com 28,1% das mulheres integradas nesse grupo de idades, a percentagem de homens solteiros não é depreciável, embora baixe de 1819 para 1884, de acordo com a evolução de um mercado matrimonial que lhes era favorável.

S. JOÃO - FAMÍLIA E PROPRIEDADE EM 1883

Começaremos por analisar a estrutura das famílias, usando o rol de confessados referido ao ano em foco, o ano de 1883. A clara distinção entre fogos e agregados domésticos feita no rol permite uma rigorosa observação da estrutura das famílias. Em trabalhos anteriores³, já havia admitido a incorrecção que implicava estudar a estrutura familiar através dos róis de confessados, anteriores ao último quartel do século XIX, sem identificar as famílias e sem considerar como co-residentes parentes próximos referidos a fogos contíguos. Neste caso é muito clara a distinção feita pelo pároco entre fogos e residências, uns e outros numerados e relacionados entre si, integrando-se com alguma frequência dois ou mais fogos numa mesma residência. De facto, a 16% das residências da freguesia são referidos dois fogos e, num caso, três fogos.

Através do quadro VI, em que usámos a tipologia de Cambridge adaptada⁴, verifica-se a dominância dos agregados familiares simples, com maior peso dos agregados alargados e múltiplos em relação aos isolados e agregados não conjugais. Numa observação em função dos fogos muitos agregados múltiplos ou mesmos alargados não seriam identificados.

Relacionar os chefes de família identificados no rol com os proprietários referidos na

² Maria Norberta Amorim, «Suavidade da Morte e Necessidade de Emigrar. O caso de S. João, no Sul do Pico (Açores), nos séculos XVIII e XIX», em Hélio Osvaldo Alves (coord.), *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Guimarães, 1999, p. 62.

³ Cf. Maria Norberta Amorim, «Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime», *Ler História*, 1995, pp. 27-44.

⁴ Peter Laslett et al. (org.), *Household and family in the past time*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

QUADRO VI
ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS EM 1883

CATEGORIAS	CLASSES	%
1. ISOLADOS	a) VIÚVO/A	5
	b) SOLTEIRO/A	6
	TOTAL /ISOLADOS	11
2. AGREGADO NÃO CONJUGAL	a) IRMÃOS	3
	b) OUTROS PARENTES	3
	c) SEM PARENTESCO EVIDENTE	-
	TOTAL AGREGADOS NÃO CONJUGAIS	6
3. AGREGADO FAMILIAR SIMPLES	a) CASAL SEM FILHOS	5
	b) CASAL COM FILHOS	31
	c) VIÚVO/A COM FILHOS	13
	d) CASADO/A COM FILHOS (CÔNJUGE AUSENTE)	1
	SOLTEIRO/A COM FILHOS	3
	TOTAL AGREGADOS SIMPLES	53
4. AGREGADO FAMILIAR ALARGADO	a) ALARGAMENTO ASCENDENTE	4
	b) ALARGAMENTO DESCENDENTE	8
	c) ALARGAMENTO COLATERAL	7
	d) COMBINAÇÕES	-
	TOTAL AGREGADOS ALARGADOS	20
5. AGREGADO FAMILIAR MÚLTIPLO	a) NÚCLEO SECUNDÁRIO ASCENDENTE	2
	b) NÚCLEO SECUNDÁRIO DESCENDENTE	4
	c) NÚCLEO SECUNDÁRIO COLATERAL	1
	d) COMBINAÇÕES	1
	TOTAL AGREGADOS MÚLTIPLOS	7
6. ESTRUTURA INDETERMINADA		2
TOTAL GERAL		99

matriz predial será o caminho indicado para deduzir da estrutura social de uma freguesia em que mesmo os artífices se relacionam com a terra.

No entanto, o estabelecimento dessa relação exige alguns cuidados. Cada família tem uma história com etapas sucessivas e pode não ter o mesmo significado a ausência ou a posse de bens, se se tratar de famílias em etapas de vida distintas. Corre-se o risco de considerar da mesma forma futuros herdeiros e outros que não terão oportunidade de herdar.

Nesse sentido distribuímos por quatro grupos as famílias residentes, em consonância com o seu posicionamento em relação à herança, reunido depois num mesmo grupo as famílias remanescentes, os agregados não conjugais e as famílias monoparentais:

1º Grupo, os casais jovens, em que os progenitores de um e de outro cônjuge eram residentes.

2º Grupo, os casais ou viúvos/as, em que algum ou alguns dos respectivos progenitores havia/m falecido, sendo sobrevivente/s um ou mais deles.

3º Grupo, os casais ou viúvos/as em que todos os respectivos progenitores eram falecidos e a repartição da propriedade não se dera ainda.

4º Grupo, famílias de viúvos com filho/s ou filha/s casado/s ou casada/s e residente/s fora do agregado familiar.

5º Grupo, as famílias não conjugais e as monoparentais.

QUADRO VII
ESTÁDIO EVOLUTIVO DAS FAMÍLIAS CONJUGAIS (1 A 4) E OUTRAS (5) %

GRUPOS	% DE FAMÍLIAS
1º	6
2º	21
3º	39
4º	16
5º	19
TOTAL	101

Verificamos pelo quadro que a maior percentagem de famílias respeita ao 3º Grupo, aquelas famílias que no seu próprio percurso teoricamente haviam atingido o nível mais elevado de propriedade.

Relacionámos essas famílias do 3º Grupo, em distribuição por lugar, com cinco níveis de propriedade rústica: as que tinham menos de 1\$000 réis de rendimento colectável, as que

tinham entre 1\$000 e 4\$999, as que tinham entre 5\$000 e 9\$999, as que tinham entre 10\$000 e 24\$999 e as que tinham 25\$000 réis ou mais.

Verificamos pelo quadro que apenas 5% dos agregados domésticos que teoricamente tinham atingido o nível mais elevado de propriedade da sua história usufruíam rendimentos iguais ou superiores a 25\$000 réis, percentagem inferior à dos agregados mais carenciados, com 8% dos casos. O maior número de famílias deste grupo, 68%, não atingia os 10\$000 réis de rendimento colectável.

QUADRO VIII
REPARTIÇÃO DAS FAMÍLIAS (GRUPO 3) SEGUNDO O RENDIMENTO COLECTÁVEL

MENOS DE 1\$000		1\$000 - 4\$999		5\$000 - 9\$999		10\$000 - 24\$999		MAIS DE 25\$000	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
11	8	36	27	43	33	35	27	6	5

Interessante será agora visitar famílias de tipo diferente e perspectivar a sua inserção no meio e a forma como a reprodução social se dera, seguindo a genealogia ascendente. Escolhemos três famílias, uma família pobre, alargada, encabeçada por uma mulher solteira; uma família do maior nível de propriedade, também alargada, encabeçada por um viúvo, e uma família conjugal do Grupo 3, com rendimento colectável situado entre 5\$000 e 10\$000 réis.

S. JOÃO - REPRODUÇÃO SOCIAL. ESTUDOS DE CASO

1º Caso: Família de Maria Teresa, uma mulher pobre

Na casa n.º 3 do Caminho do Arrasto, no lugar da Companhia de Cima da freguesia de S. João, residia em 1883 uma família alargada, referida a dois fogos. Num primeiro fogo encontramos uma mulher solteira, Maria Teresa, de 72 anos de idade. Ao segundo fogo é referido um filho da mesma, António José da Silva, de 30 anos, sua mulher, Maria Isabel Soares, de 29, segundo o pároco, e três filhos do casal, Maria, de 5 anos, Manuel de 3 e Isabel, de um ano.

Maria Teresa, nascida em 26 de Janeiro de 1811, baptizara três filhos naturais. Do filho mais velho, Manuel, nascido em 4 de Agosto de 1838, não temos notícia posterior. António, o filho segundo, nascido em 28 de Setembro de 1850, falecera no primeiro mês de vida. António José da Silveira, o filho residente, nascido em 1 de Junho de 1852, casara aos 24 anos com Maria Isabel Soares, natural das Lajes, filha de outra mulher solteira, Rosa Jacinta.

Do casamento de António José da Silveira e de Maria Isabel Soares viriam a nascer em S. João oito filhos: Maria (13/8/1877); Manuel (4/10/1879); Isabel (23/11/1881); Rosa, que viria a nascer em 9 de Fevereiro de 1884; Ricardo, em 4 de Janeiro de 1887; José, em 29 de Janeiro de 1889; António, em 21 de Fevereiro de 1891 e Leonor em 26 de Julho de 1894.

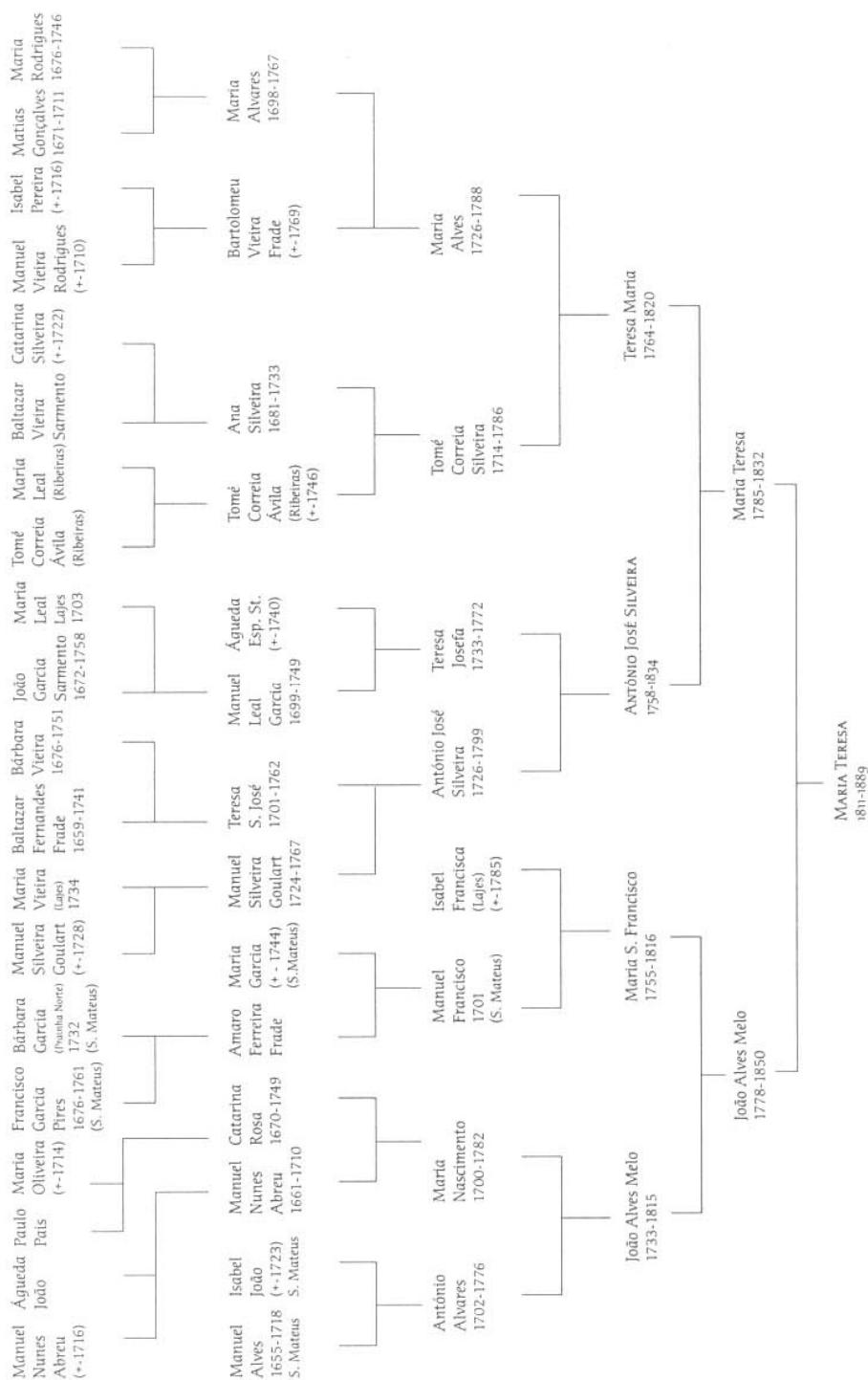
A família, que em 1883 contava três adultos e três crianças teria certamente muitas dificuldades de sobrevivência. Ao nome de Maria Teresa são referidos dois números na matriz predial da freguesia, com um rendimento colectável de apenas \$318 réis e no nome do filho não foi registada qualquer propriedade. Um primeiro número de matriz na posse de Maria Teresa dizia respeito à casa em que viviam, uma casa com loja e com cozinha "palhoça". O outro número dizia respeito a uma terra de sementeira de 3ª categoria, com apenas 100 braças. Sem terrenos que lhes dessem milho para comer, numa terra em que os poucos empregadores só solicitavam trabalho sazonal, a fome podia facilmente acompanhar o quotidiano desta família.

Maria Teresa faleceu em S. João aos 78 anos, em 5 de Fevereiro de 1889. O neto Manuel saiu do rol em 1893, aos 14 anos, e no ano seguinte toda a família se ausentou, mas sem registo de passaporte conhecido. A neta Rosa, com o nome de Rosa Cândida da Silva, visitou S. João em 1907, vinda dos Estados Unidos, destino provável dos pais e irmãos. Nenhum descendente de Maria Teresa faleceu em S. João. A emigração foi o seu destino.

Se recuarmos na cadeia genealógica aos tetravós de Maria Teresa encontramos indivíduos proprietários e outros pobres. Enquanto o tetravô João Garcia Sarmiento deixou em testamento por sua alma 125 missas, mais 10 por suas intenções e outras 10 pelas almas do Purgatório, sendo amortalhado em hábito de saial, o hábito de maior esmola, e Bárbara Vieira, viúva de Baltazar Fernandes Frade foi acompanhada à sepultura por religiosos franciscanos vindo do Convento das Lajes, sinal inequívoco de prestígio, Isabel Pereira, viúva de Manuel Vieira Rodrigues, era pobre, segundo informação do pároco. Também no que respeita à viúva de Matias Gonçalves, Maria Rodrigues, que morreu no mar vindo do Faial, o filho foi apenas obrigado a 10 missas.

Acompanhando a descendência de Baltazar Fernandes Frade e sua mulher Bárbara Vieira, verificamos que dos seus oito filhos, o mais velho, Baltazar, saiu da freguesia; Teresa

GENEIOLOGIA ASCENDENTE DE MARIA TERESA



faleceu logo a seguir ao nascimento; João, também se ausentou; a bisavó de Maria Teresa, Teresa de S. José, casou aos 23 anos com Manuel Silveira Goulart, filho de um homónimo, proprietário; Isabel Goulart, casou também aos 23 anos, recasando aos 25; Catarina Vieira, faleceu solteira aos 74 anos, possivelmente na companhia do irmão que se seguiu na ordem de nascimento, o Padre Francisco Vieira de Bem, falecido aos 69 anos; o filho mais novo, José Vieira de Bem, casou aos 43 anos, sendo identificado à morte como proprietário, vindo a ser avô do maior proprietário da freguesia da segunda metade do século XIX, o alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem. Como se verifica, apesar do nascimento de oito filhos, apenas três deles casaram na freguesia, morrendo na infância uma filha, ausentando-se dois, sendo sacerdote um outro, e ficando solteira a restante.

Teresa de S. José e Manuel Silveira Goulart, os bisavós de Maria Teresa, tiveram por sua vez sete filhos, todos sobreviventes à infância, tendo o filho mais velho, António José da Silveira, avô de Maria Teresa, casado aos 31 anos; Maria Teresa da Silveira, a filha seguinte, foi mãe solteira, falecendo aos 79 anos, sem acesso ao casamento; Isabel Goulart casou aos 27 anos; Manuel Silveira Goulart, casou aos 29 anos, sendo identificado ao óbito, aos 32 anos, como proprietário; Francisco Vieira de Bem, foi padre, como o seu tio homónimo; os filhos mais novos, Ana e José, ausentaram-se. Nesta geração, de sete filhos todos sobreviventes, quatro reproduziram-se em S. João, nem todos dentro do casamento. A repartição igualitária da propriedade começaria a penalizar a família. Mesmo o padre Francisco Vieira de Bem não apoiou no seu testamento os próprios sobrinhos, ligando-se antes aos primos, filhos de José Vieira de Bem.

António José da Silveira, avô de Maria Teresa, casou abaixo da sua condição social, como se depreende pelos sufrágios por alma do sogro, Tomé Correia da Silveira, falecido em 15 de Setembro de 1786.

Tanto João Alves de Melo, o outro avô de Maria Teresa, como sua mulher Maria de S. Francisco tinham nascido em famílias cuja pobreza se reproduzira ao longo das gerações. João Alves de Melo casara em 22 de Setembro de 1777, aos 43 anos, quando Maria de S. Francisco, também conhecida por Maria Francisca, tinha apenas 22 anos. O casal baptizou sete filhos: João Alves de Melo, o pai de Maria Teresa, nasceu em 6 de Julho de 1778; Manuel, nasceu em 7 de Dezembro de 1779 e não sabemos o seu destino; António Alves de Melo, nasceu em 17 de Julho de 1782, casou aos 30 anos e faleceu na freguesia aos 89; Maria Francisca, nascida em 11 de Janeiro de 1785, casou aos 21 anos e faleceu aos 23; José, nascido em 18 de Setembro de 1788, ausentar-se-ia; Josefa, nascida em 17 de Agosto de 1791, ausentou-se aos 11 anos; Isabel Francisca, nascida em 10 de Abril de 1796, casou aos 32 anos e faleceu na freguesia aos 76 anos.

Através dos róis de confessados iniciados em 1799, sabemos que os avós de Maria Teresa, António José da Silveira e João Alves de Melo, eram residentes na mesmo Caminho do Arrasto, em casas relativamente próximas, a facilitar o namoro dos filhos.

Nesse ano, na casa de João Alves de Melo vivia o casal, o filho António e a filha Josefa. O filho homónimo, João Alves de Melo, pai de Maria Teresa, estava então ausente, mas em anos posteriores foi dado como residente, ausentando-se logo a seguir. Serviria como criado na freguesia ou numa freguesia próxima, ou teria emigrado para longa distância e logo retornado? Em 5 de Outubro de 1809 casou com Maria Teresa, filha de António José da Silveira, sua vizinha, e depois de viverem um ano numa casa de outra rua, de empréstimo ou de aluguer, foram residir para uma nova casa, no mesmo Caminho do Arrasto, a pobre casa com cozinha coberta de palha onde sua filha Maria Teresa vivia em 1883.

Os filhos Maria e António também casaram e saíram de casa dos pais, mas a morte precoce de Maria, deixando uma filha de três meses, condicionou que a mesma fosse criada em casa dos avós maternos, enquanto estes vivos. Encontramo-la referida como residente em 1811, já então com idade de confissão.

João Alves de Melo faleceu em 30 de Agosto de 1815, aos 81 anos, e a sua viúva em 4 de Novembro do ano seguinte, aos 61. Depois da morte dos avós a neta Maria saiu da casa, ficando isolada a filha Francisca, ainda solteira.

João Alves de Melo, filho, e sua mulher, Maria Teresa, casados aos 31 e 24 anos, respectivamente, tiveram apenas quatro filhos: Maria Teresa, nascida em 26 de Janeiro de 1811, foi a filha mais velha; Isabel da Conceição, nascida em 13 de Maio de 1815, casou aos 41 anos e ausentou-se definitivamente; Antónia, nascida em 17 de Outubro de 1819, faleceu com dois anos de idade; Manuel, nascido em 15 de Fevereiro de 1824, ausentou-se e regressou depois, afastando-se definitivamente aos 14 anos.

Falecida Maria Teresa em 3 de Dezembro de 1832, aos 47 anos, João Alves de Melo ficou com os filhos, mas tanto a filha homónima da mãe como Isabel da Conceição tiveram longos períodos de ausência da casa do pai. Foi num desses períodos de ausência que Maria Teresa concebeu o seu primeiro filho. João Alves de Melo voltou a casar em 2 de Outubro de 1843, aos 65 anos, com Francisca da Conceição, de quem teve duas filhas: Joana, em 9 de Junho de 1845, e Maria, em 30 de Setembro de 1849.

Falecido João Alves de Melo em 31 de Janeiro de 1850, são depois referidos à sua residência dois fogos, um fogo englobando as duas filhas do primeiro casamento, Maria Teresa e Isabel da Conceição, e o outro à sua viúva e à filha Joana, que se ausentariam três anos depois. Maria Teresa teve o seu segundo filho natural já depois da morte do pai e o terceiro ainda antes do casamento da irmã. Saindo esta, Maria Teresa ficaria na casa com o filho sobrevivente.

As dificuldades de sobrevivência de famílias pobres em S. João, em meados do século XIX parecem patentes neste caso. Os filhos precisavam sair do agregado para encontrar meios de subsistência. Os que podiam emigravam para o Brasil. Os outros procuravam na própria ilha ou nas cidades insulares um meio de vida. As mulheres, fora de casa dos pais, ficavam expostas a vicissitudes pouco conhecidas em gerações anteriores.

2º Caso: Família de António Silveira de Ávila Martins, proprietário

Na casa n.º 123 do Caminho da freguesia, no lugar da Companhia de Baixo, encontramos no dia 1 de Janeiro de 1883, António Silveira de Ávila Martins, Saca, de alcunha, viúvo de Inácia dos Anjos. Com ele vivia uma filha solteira, Francisca Catarina, duas filhas naturais desta, Maria, de 9 anos, e Inácia, de meses, e ainda uma cunhada, também chamada Francisca Catarina, irmã da mulher, de 77 anos. O rendimento colectável atribuído ao chefe do fogo era de 26\$096 réis, sendo um dos maiores proprietários da freguesia.

Tinham uma casa de habitação com loja e uma casa de atafona para moer o milho, servindo também o edifício para armazenamento de cereal, palha para o gado e alfaias agrícolas. De terrenos de sementeira tinham cerca de três alqueires, o que daria escassamente o milho necessário para o sustento da família ao longo do ano, mesmo contando com as terras de inhames. Tinham terrenos de lenha e de frutos, o que tornava mais farta a sua casa. O maior rendimento vinha das pastagens espontâneas, no planalto base da grande montanha do Pico, 195 alqueires, sendo a maior parte de terra de primeira, podendo criar oito vacas e alguns bezeros durante todo o ano.

António Silveira de Ávila Martins, nascido em 14 de Agosto de 1807, era filho de outro homónimo, António Silveira de Ávila Martins, e de Anastácia Jacinta. A defunta mulher, Inácia dos Anjos, nascera em 29 de Setembro de 1808. O casamento realizara-se em 16 de Setembro de 1839, aos 32 e 30 anos, respectivamente. Baptizaram cinco filhos: António, nascido em 27 de Março de 1843, falecera com um ano de idade; Inácia, nascida em 13 de Janeiro de 1845, falecera com 16 anos; Francisca Catarina, a filha residente, nascera em 26 de Novembro de 1846; Manuel Silveira de Ávila Martins, nascido em 16 de Outubro de 1849, falecera solteiro aos 27 anos.

Francisca Catarina tivera a sua filha mais velha, Maria, em 1 de Setembro de 1873, de Manuel Silveira de Sousa, nascido em 8 de Janeiro de 1844, que não assumiu a paternidade e emigrou a seguir para os Estados Unidos. O sofrimento de Francisca Catarina pela rejeição sofrida foi tão grande que caiu doente, sem possibilidades de amamentar a filha que nascera. O pai, António Silveira não apoiou a filha. Sentindo-se desonrado, isolou-se, não aceitou mais nenhum convite de casamento, não foi mais a nenhum arraial. Foi o irmão Manuel,

então ainda vivo, que pediu a uma tia por afinidade e vizinha que tomasse conta da sobrinha, trazendo-lhe ele o leite para a alimentar e a lenha necessária para o aquecimento. Apesar do rigor de António Silveira para com a filha, ele próprio, já viúvo, dez anos antes, havia dado um filho de nome Cândido, a uma mulher solteira, filho que nunca reconheceu. Mais tarde esse filho, o Padre Cândido Silveira de Ávila Martins, falecido nos Estados Unidos, veio a usar os seus apelidos. Emigrado Manuel Silveira de Sousa para os Estados Unidos sem mandar notícias, Francisca Catarina ligou-se a um vizinho, Manuel de Brum da Silveira, nascendo uma filha, Inácia, em 13 de Abril de 1881, falecida aos três meses. Uma segunda filha com o mesmo nome, Inácia Silveira, nascera em 31 de Maio de 1882. Um terceiro filho dessa ligação, Manuel, nasceria já dentro do casamento dos pais.⁵

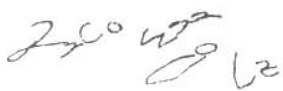
Acompanhando a genealogia ascendente de António Silveira de Ávila Martins, verificamos que apesar da grande endogamia paroquial, os seus ascendentes estabeleceram uma relação privilegiada com famílias da vila das Lajes, sede do concelho e paróquia contígua mais próxima do lugar de residência, encontrando-se também relações com S. Mateus, a outra freguesia contígua, a ocidente, com a Madalena, sede de outro concelho da ilha, e ainda com os Flamengos, freguesia da ilha do Faial.

Embora grande parte dos tetravós de António Silveira não fossem de S. João ou não tenham sido identificados, por faleceram em período anterior ao registo paroquial sistemático, todos os indivíduos conhecidos dessa geração se distinguiam socialmente. Documentam-no o volume de sufrágios, a hierarquia alcançada nas milícias, as relações de compadrio, as assinaturas que deixaram nos livros paroquiais como testemunhas de actos.

O tetravô Francisco Vieira Goulart teve por sua alma mais de 100 missas, assim como a sua viúva. A assinatura que deixou nos livros paroquiais evidencia, no entanto, menor destreza do que a de três dos seus filhos, Alferes Manuel Francisco Vieira, José Pereira Goulart e Mateus Rodrigues Pais.

É interessante observar o caso da família do alferes António Rodrigues Pereira e de Águeda Goulart, também tetravô de António Silveira. Com dez filhos conhecidos, sendo sete sobreviventes à infância, todos usam o apelido Silveira, sem relação com os apelidos usados pelo pai ou pela mãe: Maria Silveira, Águeda Silveira, Domingas Silveira, Inês Pereira da Silveira, Margarida Silveira, Alferes António Silveira e Capitão João Homem da Silveira. António Rodrigues Pereira viveu o suficiente para assistir à erupção que em 1718 arrasou a freguesia, queimando casas, a própria Igreja e as terras mais produtivas. Fugindo do sinistro, faleceu na freguesia de S. Mateus, aos 87 anos, segundo o pároco. Foi seu testa-

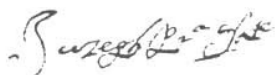
⁵ Maria Norberta Amorim e Alberto Correia, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico* (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade), Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS, 1999.



(Assinatura de Francisco Vieira Goulart)



(Assinatura do Alferes Manuel Francisco Vieira)



(Assinatura de José Pereira Goulart)



(Assinatura de Mateus Rodrigues Pais)

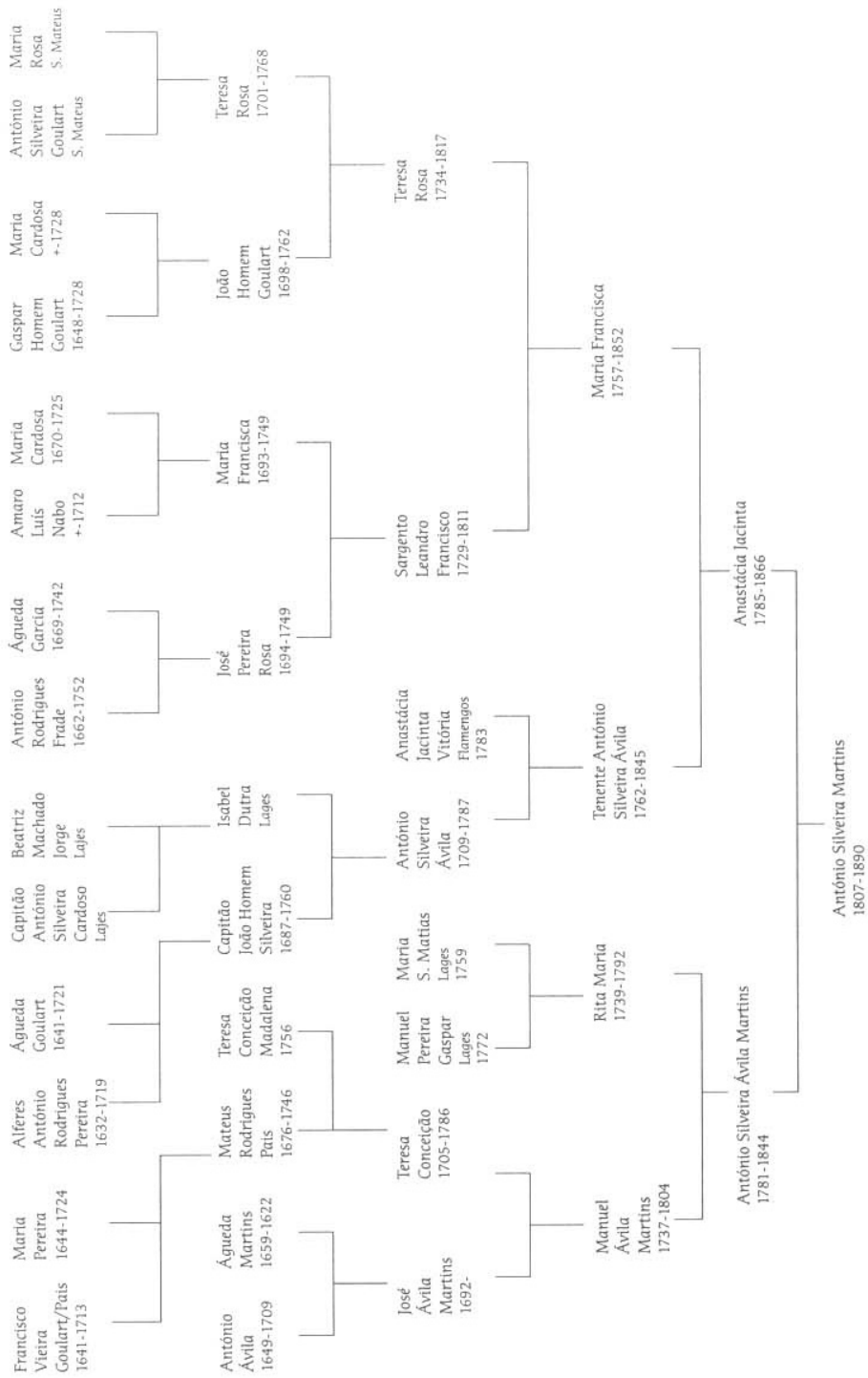
menteiro o filho João Homem da Silveira, então alferes e morador das Lajes. Foi amortalhado em hábito, acompanhado em cantoria de sua casa, teve ofício cantado e missa cantada, além de 250 missas rezadas por sua alma e 30 por suas intenções. Águeda Goulart sobreviveu-lhe na mesma paróquia, morrendo aos 80 anos, segundo informação do seu registo de óbito. No entanto teve por sua alma apenas um ofício e 12 missas porque "o fogo de incêndio lhe levou os seus bens". A diferença de comportamento à morte dos dois cônjuges, cujo falecimento apenas foi separado por dois anos, sugere a existência inicial de bens móveis que os bens de raiz arrasados pelo fogo não permitiriam renovar. O facto dos filhos na altura do vulcão se encontrarem já casados no seu nível social poderá em parte justificar a reprodução do estatuto da família. De facto, em todos os casos conhecidos da geração dos tetravós de António Silveira naturais de S. João, as relações matrimoniais dos filhos estabeleceram-se com filhos de outros proprietários da freguesia ou de fora da mesma, detentores na sua maioria de postos de chefia das milícias que defendiam a ilha dos ataques dos corsários.

Continuando a aproveitar a informação dos róis de confessados iremos acompanhar agora mais de perto o ambiente doméstico dos avós maternos e dos pais de António Silveira de Ávila Martins.

Os avós maternos do visado, o tenente António Silveira de Ávila e Maria Francisca, haviam casado em 12 de Maio de 1785, aos 22 e 27 anos, respectivamente, nascendo Anastácia Jacinta, em 28 de Outubro de 1801, cinco meses após o casamento. Nasceriam mais cinco filhos: António Silveira de Ávila, em 26 de Fevereiro de 1788; Francisco, em 14 de Fevereiro de 1790; falecido com um ano de idade; Francisco Peixoto, em 2 de Outubro de 1792, que viria a falecer solteiro aos 71 anos; Maria Francisca, em 17 de Maio de 1795, que casaria aos 23 anos; Teotónio, em 19 de Fevereiro de 1798, que se ausentaria.

Na sua casa, na Rua da Estrada, na Companhia de Baixo, em 1799, ano em que passamos a beneficiar da existência de róis de confessados, viviam 9 pessoas. O casal, os cinco filhos sobreviventes, uma tia, Justina de Santo António, solteira, que supomos natural dos

GENEALOGIA ASCENDENTE DE ANTÓNIO SILVEIRA ÁVILA MARTINS



Flamengos, irmã de Anastácia Jacinta, mãe de António Silveira de Ávila. Residia também um criado adulto, António, que saiu no ano seguinte.

António Silveira de Ávila ausentou-se em 1801, regressando três anos depois. Terá ido ao Brasil? Terá sido esta a sua primeira viagem? Nesse mesmo ano casou Anastácia Jacinta com António Silveira de Ávila Martins, antes de atingir os 16 anos de idade, ficando a viver com a mãe nesse seu primeiro ano de casada. O novo casal iria depois fixar residência num outro lugar, numa casa que supomos nova.

Em 1803 o filho António, homónimo do pai, ausentou-se. Teria então 15 anos, ano em que morreu Justina de Santo António. António Silveira de Ávila regressou em 1804 e logo no ano seguinte o filho mais novo, Teotónio, então com 7 anos, emigrou, possivelmente para o Brasil, possivelmente para se reunir ao irmão. Visitou os pais em 1809 e ainda em 1814. A filha Maria Francisca casou aos 23 anos e foi viver para a Companhia de Cima, o outro lugar da freguesia, onde faleceu aos 65 anos, sem filhos. Francisco Peixoto permanecia solteiro, com os pais.

Entretanto a família de António Silveira de Ávila Martins e Anastácia Jacinta ia crescendo, chegando aos nove filhos, oito deles sobreviventes à infância: Maria; António; Inês; Anastácia; Teotónio; Manuel; José e José, segundo de nome. A filha Anastácia, que se chamaria Anastácia Jacinta como a mãe, veio viver antes dos sete anos de idade para casa dos avós maternos, passando, com a idade de 15 anos, para a Companhia de Cima, para casa da tia Maria Francisca, que não tinha filhos. Faleceu solteira aos 76 anos. Entretanto a irmã mais velha, Maria Francisca, com a idade de 19 anos, viera também viver com os avós que envelheciam, onde permaneceu mesmo após o casamento, aos 44 anos. Inês faleceu solteira com 27 anos. Teotónio Flávio da Silveira emigrou aos 25 anos para o Brasil, mas faleceu solteiro em S. João aos 73 anos. Manuel Silveira de Ávila Martins casaria aos 33 anos e após dois anos a viver em casa do sogro regressaria a casa dos pais onde então vivia a mãe viúva. José emigrara jovem, sem retorno. António Silveira de Ávila Martins, filho, o indivíduo que observamos, casou aos 32 anos e foi viver para casa dos sogros, recebendo mais tarde em sua casa o tio Francisco Peixoto, que o deixou herdeiro dos seus bens, o mesmo acontecendo aos bens da cunhada Francisca Catarina.

Apesar do número elevado de filhos em gerações sucessivas, as estratégias nas relações matrimoniais, a emigração, o celibato definitivo e os hábitos de entreaajuda intergeracional, permitiram a reprodução do século XVII ao século XX do estatuto social da família de António Silveira de Ávila Martins, mesmo considerando a pobreza do meio, numa terra "queimada", sempre sujeita a cataclismos naturais. No caso dos proprietários ascendentes de Maria Teresa, casamentos com desnível social e repartição de propriedade, em período de

contenção emigratória, não forem de molde a facilitar a reprodução social para o século XIX no mesmo nível.

Falta-nos acompanhar o terceiro caso, de uma família conjugal de recursos médios.

3^a caso: Família de Manuel Goulart Jacinto, pequeno proprietário

Na última casa da Travessa entre a Canada do Almanse e a Canada de Francisca, a casa n.º 9, residia em 1883 Manuel Goulart Jacinto, Rapiha, ou Roubado, de alcunha, de 48 anos, sua mulher, Rosa Francisca, de 52 anos, segundo o pároco, natural da freguesia da Madalena, e três filhos, Manuel, de 17 anos, Iria, de 13, e Francisco, de 10. Tinham de rendimento colectável a quantia de 7\$858 réis.

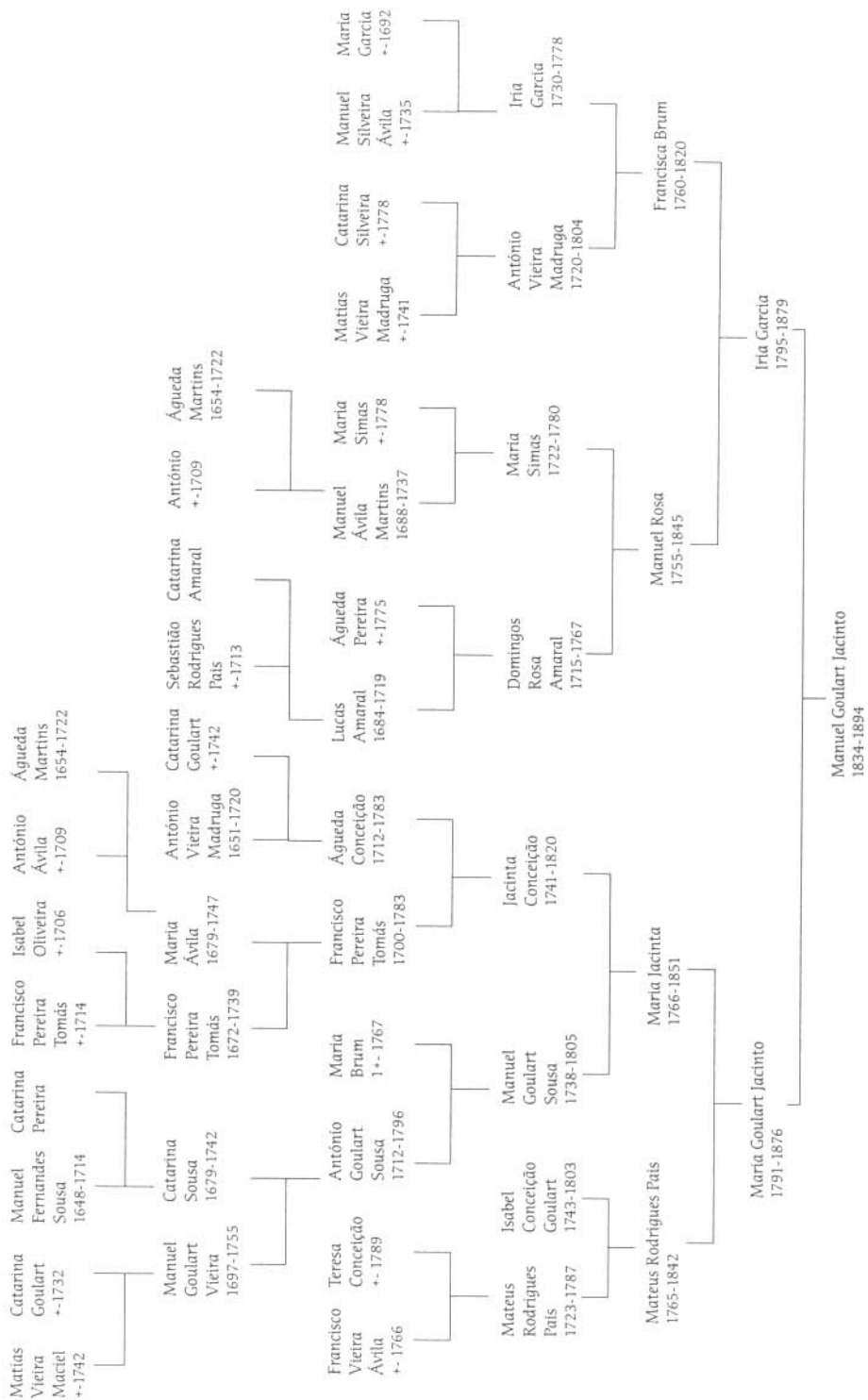
Além da casa em que viviam, tinham cerca de dois alqueires e meio de terreno de sementeira, o que daria, sem excedentes, para as necessidades do bolo quotidiano, tinham também 40 braças de terreno de vinha, algumas árvores de fruta numa terra de sementeira, uma terra de inhames, dez alqueires de rama e mato e 26 alqueires de pastagem. Repare-se que este pequeno proprietário usufruía de pequenas porções de terreno a cobrir todas as produções da freguesia: terras de vinha, terras de milho, terras do alto, com frutos, inhames e rama, e terras de pastagem. Esta situação reflecte o sistema de herança da freguesia. Numa repartição igualitária da propriedade, à morte de um progenitor eram feitos tantos quinhões quantos os herdeiros, incluindo cada quinhão uma fracção ou um número de matriz de cada tipo de terreno na posse do falecido, mesmo que da repartição resultassem courelas muito pequenas. Em regra o filho mais velho encarregava-se de fazer os quinhões e a ordem de escolha começava do mais novo para terminar no mais velho. Só com uma repartição cuidada o filho mais velho podia ficar com um quinhão de valor equilibrado com o do irmão ou irmãos mais novos.

Manuel Goulart Jacinto, nascido em 27 de Março de 1834, era filho de outro com o mesmo nome e de Iria Garcia, já falecidos, casal que tivera cinco filhos, quatro deles sobreviventes à infância. Um irmão emigrara aos 12 anos e os outros dois haviam casado na freguesia, o que significava necessariamente a partilha do património em 3 quinhões, admitindo-se que o emigrado não reclamasse a herança.

Manuel Goulart Jacinto e Rosa Francisca tiveram por sua vez quatro filhos. Manuel Goulart Jacinto, o filho mais velho, nascido em 7 de Maio de 1865, viria a casar aos 34 anos, falecendo na freguesia aos 78.

Maria Francisca, a filha que se seguiu, nascida em 13 de Junho de 1867, ausentara-se para os Estados Unidos aos 14 anos. Aos 23 veio falecer a casa do pai, tuberculosa, trazendo um filho pequeno.

GENELOGIA ASCENDENTE DE MANUEL GOULART JACINTO



Iria Rosa Goulart, nascida em 2 de Setembro de 1869, emigraria para os Estados Unidos aos 33 anos, levando consigo o sobrinho, Miguel, filho da irmã falecida.

Francisco, o filho mais novo, nascido em 11 de Fevereiro de 1872, foi aos 18 anos para África, sem regresso.

Manuel Goulart Jacinto faleceu aos 60 anos e a Rosa Francisca aos 68. Só o filho mais velho continuaria na freguesia.

Recuando aos tetravós de Manuel Goulart Jacinto, encontramos pequenos proprietários e proprietários abastados, nenhum deles declaradamente pobre. A emigração e as estratégias matrimoniais permitiriam a reprodução social nas cinco gerações que identificámos num patamar de relativo equilíbrio.

CONCLUSÃO

A reprodução biológica afirma-se como a variável influente na reprodução social da Família. Numa terra dura e pobre mas com notável suavidade da morte, como S. João do Pico, estratégias de escolha do cônjuge, casamento tardio, celibato definitivo frequente e principalmente a emigração de longa distância eram freios tradicionais ao crescimento da população para níveis de desequilíbrio. Na primeira metade do século XIX a desorganização das saídas tradicionais para o Brasil, fez acelerar o crescimento, dificultando a reprodução social da Família num sistema de repartição igualitária de propriedade. Famílias de proprietários, como a de António Silveira de Ávila Martins, lograram manter o nível social de partida, continuando a ligar-se ao Brasil, escolhendo o cônjuge no mesmo grupo social por alargamento do mercado matrimonial, e recorrendo a hábitos tradicionais de casamento tardio e celibato definitivo frequente, de entreajuda intergeracional e colateral. Embora tais estratégias fossem comuns numa população sem grandes desníveis de propriedade a lutar pela sobrevivência, alguns famílias não escaparam ao empobrecimento, como foi o caso da família de Maria Teresa. A grande massa vivia no limiar da pobreza ou numa pobreza honrada, como era o caso de Manuel Goulart Jacinto.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1999), «Reflexões em torno da emigração oitocentista para o Brasil» in: ALVES, Hédio Osvaldo (Coord.); *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Guimarães, pp. 65-74.
- AMORIM, M^a Norberta (1992), *Evolução Demográfica de Três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- AMORIM, M^a Norberta (1995), «Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime», *Ler História*, , pp. 27-44.
- AMORIM, M^a Norberta (1999), «Suavidade da Morte e Necessidade de Emigrar. O caso de S. João, no Sul do Pico (Açores), nos séculos XVIII e XIX» in: ALVES, Hédio Osvaldo (Coord.), *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Guimarães, pp. 41-64.
- AMORIM, M. Norberta e CORREIA, Alberto (1999), *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- BRANDÃO, Maria de Fátima (1994), *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento (tese de doutoramento defendida na Universidade de East Anglia em 1988).
- BRETELL, Caroline B. (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DUPQUIER, Jacques (1984), «Demografia Histórica e História Social» in: MARCÍLIO (org.); *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes.
- DURÃES, Margarida (2000), *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*, Dissertação de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, policopiada.
- HESPANHA, António Manuel (1993), «Fundamentos antropológicos da Família de Antigo Regime» in: *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, 4^o Volume, pp. 273- 295.
- LASLETT, Peter et al. (org.) (1972), *Household and family in the past time*, Cambridge. Cambridge University Press.
- MONTEIRO, Miguel (2000), *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros*, Fafe, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1993), «Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)» in: *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp. 9-16.
- ROWLAND, Robert (1997), *População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999), *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.